

A. I. N° - 298924.0605/06-3
AUTUADO - RC MOREIRA COMERCIAL LTDA.
AUTUANTES - ANANIAS JOSÉ CARDOSO FILHO
ORIGEM - IFMT – DAT/SUL
INTERNET - 07.05.08

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF N° 0125-04/08

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. TRIGO EM GRÃOS. FALTA DE RECOLHIMENTO. A fiscalização somente poderia ter sido feita no estabelecimento do adquirente da mercadoria, porque a operação com o trigo foi feita em data anterior, e a apreensão foi do trigo que não se encontrava em trânsito, fato que invalida a ação fiscal no trânsito de mercadorias. Auto de Infração NULO. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 07/06/2006 exige ICMS no valor de R\$2.697,17, acrescido da multa de 60%, relativo à falta de recolhimento do ICMS na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre farinha de trigo adquirida para comercialização, procedente de outra unidade da Federação não signatária do Protocolo ICMS n° 46/00, sendo que o destinatário não possui regime especial, conforme Termo de Apreensão e Ocorrências de n° 298924.0605/06-3, juntado à fl. 05.

O autuado apresentou defesa às fls. 19 a 21, por meio dos seus advogados, legalmente constituídos, (fl. 22) e esclarece que a mercadoria objeto da autuação (farinha de trigo), é procedente do Estado do Paraná, que não é signatário do Protocolo ICMS 46/00.

Diz que, não tendo sido pago na primeira repartição fazendária do percurso da mercadoria, os autuantes apuraram o imposto com base no valor de pauta fiscal, prevista na IN 23/05, tendo em vista que tem como origem, unidade da Federação não signatária do Protocolo ICMS 46/00.

Salienta que é justamente contra esta “base de cálculo mínima”, mais conhecida como Pauta Fiscal que ele se insurge. Diz que, com o objetivo de adquirir Farinha de Trigo de Estados não signatário do Protocolo n° 46/00, sem que tenha de submeter-se às exigências da IN 23/05, ajuizou Mandado de Segurança contra a Fazenda Pública Estadual, o qual foi deferido pelo Juiz Eduardo Carvalho, titular da 4ª Vara da Fazenda Pública, para determinar que “se abstenha de exigir o ICMS calculado com base nos valores arbitrados pelo Anexo 1 da IN 23/05, permitindo à impetrante o pagamento do imposto calculado sobre o preço real das mercadorias”.

Por fim, diz que “em face de restar-se acobertada por decisão judicial exarada pelo MM. Juízo da 4ª Vara da Fazenda Pública, que desobriga-a a utilizar ‘como base de cálculo mínima, para fins de antecipação do ICMS’ os valores constantes no Anexo I da IN n° 23/05”, requer que seja afastada a autuação em questão.

O Auditor Fiscal Silvio Chiarot Souza, apresentou informação fiscal (fls. 29 a 31), com base no art. 127, § 2º do RPAF/99, inicialmente discorreu sobre as alegações defensivas e esclarece que é reclamado o imposto por antecipação sobre trigo em grãos provenientes do Paraná, não signatário do Protocolo 46/00, nos termos do art. 506-A, que atribui a responsabilidade ao adquirente, combinado com o art. 125, VII, ambos do RICMS/97, que prevê o momento em que

deve ser feito o pagamento, qual seja, na Entrada do Estabelecimento para estabelecimentos não moageiros. A base de cálculo foi formada pela utilização da MVA de 94,12%, sobre o valor da nota fiscal nº 481. Salienta que o contribuinte recolheu, através de DAE (fl. 08), R\$ 1.687,00, relativo à antecipação parcial da nota fiscal 481, relativa à remessa de trigo em grãos para industrialização por encomenda, cujo valor foi abatido junto aos créditos das notas fiscais.

Contudo, entende que a MVA deveria ter sido de 76,48%, pois a única mercadoria existente no momento da ação fiscal é farinha de trigo.

Ressalta que o contribuinte recolheu o imposto segundo o procedimento da antecipação parcial, quando a antecipação sobre farinha de trigo é sempre total. Dessa forma o próprio contribuinte deixou de cumprir a decisão judicial que lhe é favorável e recusou-se a recolher a diferença.

Opina pela procedência em parte do Auto de Infração.

VOTO

O Auto de Infração trata da exigência do ICMS devido por antecipação tributária sobre trigo em grãos, provenientes de unidade da Federação, Estado do Paraná, não signatário do Protocolo ICMS nº 46/00, sendo que o pagamento deve ser efetuado na Entrada do Estado para estabelecimentos não moageiros.

Na peça defensiva está exposto que o contribuinte teve deferida Medida Liminar para determinar que o Erário Público “se abstenha de exigir o ICMS calculado com base nos valores arbitrados pelo Anexo 1 da IN 23/05, permitindo à impetrante o pagamento do imposto calculado sobre o preço real das mercadorias”.

Apesar de o autuado encontrar-se protegido em Medida Liminar de Mandado de Segurança, concedida pelo Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública, para que “o pagamento do imposto seja calculado sobre o preço real das mercadorias, conforme notas fiscais de operações”, ressalto que o art. 371 do RICMS/BA, que trata da antecipação tributária nas aquisições interestaduais de mercadorias enquadradas pela legislação deste Estado no regime de substituição tributária, não havendo convênio ou protocolo entre a Bahia e a unidade da Federação de origem que preveja a retenção do imposto, remete para o art. 355 do citado Regulamento, que no seu § único, II diz que, no caso de operações com farinha de trigo destinada a contribuintes situado neste Estado, devem ser observadas as regras dos artigos 506-A a 506-G. Por sua vez, o art. 506-A, § 2º do RICMS/BA, diz que se tratando de recebimento de farinha de trigo a base de cálculo é o valor da operação própria realizada pelo remetente ou fornecedor, acrescido dos valores de seguros, fretes, carretos, IPI e outros encargos cobrados ou transferíveis ao adquirente, adicionando-se a MVA de 76,48%, desde que este não seja inferior aos valores mínimos da base de cálculo fixados pela Secretaria da Fazenda, por unidade de medida (Protocolo 26/92 e 46/00).

Efetivamente, no presente processo o autuante calculou o débito sobre o valor real das mercadorias, com base na regra geral da substituição, em vez de adotar a base de cálculo mínima estabelecida na Instrução Normativa nº 23/05, conforme determinado na liminar, como pode ser constatado no demonstrativo de débito de fl. 03.

Naquele demonstrativo e nas notas fiscais, objeto da autuação, de nº 481, percebe-se que trata-se de trigo em grãos, na quantidade de 50.000 Kgs, vendida por Soja Pura, Imp. e Exp. De Produtos Agrícola Ltda, sendo a natureza da operação “venda de mercadoria – remessa para industrialização, por conta do adquirente”, para o Moinho Paraná Ltda, sito no Estado do Paraná.

Assim, no momento da fiscalização do trânsito, não houve efetivamente o trânsito de trigo em grãos, haja vista que fora remetido anteriormente, em operação triangular, para industrialização no Estado do Paraná, consoante dados adicionais da nota fiscal nº 481.

Neste caso, em relação ao trigo em grãos – a fiscalização somente poderia ter sido feita no estabelecimento do adquirente da mercadoria, porque a operação com o trigo foi feita em data anterior. Portanto, entendo que a autuação deve ser julgada nula, ao tempo em que represento à autoridade competente para renovação do lançamento pela fiscalização de estabelecimentos, adotando-se o valor da operação constante na nota fiscal de trigo em grãos que acompanha a mercadoria, acrescido da MVA correspondente, do valor da prestação do serviço de transporte e de outras despesas debitadas ao adquirente, uma vez que não há pauta fiscal para trigo em grãos.

Voto pela NULIDADE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar **NULO** o Auto de Infração nº **298924.0605/06-3**, lavrado contra **RC MOREIRA COMERCIAL LTDA**. Recomenda-se à autoridade fazendária a renovação do lançamento pela fiscalização de estabelecimentos, adotando-se o valor da operação constante na nota fiscal de trigo em grãos que acompanha a mercadoria, acrescido da MVA correspondente, do valor da prestação do serviço de transporte e de outras despesas debitadas ao adquirente, uma vez que não há pauta fiscal para trigo em grãos.

Sala das Sessões do CONSEF, 24 de abril de 2007.

EDUARDO RAMOS DE SANTANA – JULGADOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO – RELATORA

FRANCISCO ATANÁSIO DE SANTANA - JULGADOR